# PROJETO DE LEI Nº , DE 2025 (Da Sra. Deputada Renilce Nicodemos)

Regulamenta o período de duração das diárias em serviços de hospedagem em todo o território nacional, incluindo plataformas digitais de intermediação, e dá outras providências.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a contagem e utilização das diárias em serviços de hospedagem, abrangendo hotéis, pousadas, imóveis residenciais ou não residenciais e estabelecimentos congêneres, bem como aqueles disponíveis por meio de plataformas digitais de intermediação de hospedagem, tais como aplicativos e sites de aluguel por temporada.

#### Art. 2º Para os efeitos desta Lei:

- I considera-se "diária" o valor pago pelo consumidor para a utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, correspondente a um período de vinte e quatro horas.
- Art. 3º O período de diária será contado a partir do horário de entrada (check-in) do hóspede, registrado no ato da recepção.
- § 1º O horário de saída (check-out) não poderá ser fixado antes das doze horas do dia correspondente ao encerramento da última diária contratada.
- § 2º Para fins de limpeza e higienização da unidade habitacional, será concedido ao estabelecimento de hospedagem um prazo de até duas horas após o check-out.
- Art. 4º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
  - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo regulamentar a duração das diárias em serviços de hospedagem em todo o território nacional, garantindo maior transparência e equidade nas relações de consumo. A iniciativa é necessária em virtude das inconsistências observadas nas práticas atuais do setor de hospedagem, onde, frequentemente, os consumidores se veem limitados a um uso efetivo inferior a 24 horas do serviço pelo qual pagaram.

Atualmente, é comum que o check-in ocorra no período da tarde, enquanto o check-out é requisitado na manhã seguinte, resultando em uma insatisfação generalizada, além de ferir os princípios da transparência (art. 6º, inciso III) e da boa-fé objetiva (art. 4º, inciso III) previstos no Código de Defesa do Consumidor.

O projeto visa assegurar que o consumidor brasileiro possa usufruir integralmente do serviço contratado, conforme disposto no art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, que exige a oferta de informações claras e adequadas sobre os produtos e serviços. Além disso, a proposta busca coibir práticas que resultem em vantagem manifestamente excessiva para os fornecedores, em conformidade com o art. 39, inciso V, do mesmo código.

Ao estabelecer a duração da diária em 24 horas e permitir um tempo adicional de até duas horas para a preparação da unidade, este projeto busca equilibrar as relações entre consumidores e prestadores de serviços. A proibição de exigir o check-out antes das doze horas também promove a clareza e o respeito aos direitos dos consumidores.

Diante da relevância da proteção dos consumidores e da promoção de um mercado mais justo, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto, que visa reforçar a confiança e a transparência no setor de hospedagem em nosso país.

Sala das Sessões, em

de

de 2025.





## **Deputada RENILCE NICODEMOS**



